



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

EM Nº 167/2025

Florianópolis, 25 de setembro de 2025.

Senhor Governador,

Tenho a honra de submeter à consideração de Vossa Excelência a inclusa minuta de decreto que introduz a Alteração 4.960 no Regulamento do ICMS (RICMS/SC-01), aprovado pelo Decreto nº 2.870, de 27 de agosto de 2001.

A minuta proposta visa a complementar o disposto no § 63 do art. 15 do Anexo 2 do RICMS/SC-01. No referido dispositivo, há previsão de que o crédito presumido previsto no inciso LII do caput do art. 15 se condiciona à realização de investimentos na ordem de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais). Ocorre que não consta na referida norma detalhamento procedimental em relação aos investimentos a serem realizados.

Dessa forma, busca-se normatizar expressamente regramento já amplamente utilizado pela Administração Tributária para verificação da realização de investimentos no Estado. Assim, o montante de R\$ 4.800.000,00 deverá ser realizado no período de 3 (três) anos a partir da data de concessão do benefício. Adicionalmente, sua realização será validada pelo Fisco ao final do período mencionado.

Por fim, solicita-se que a **tramitação da minuta ocorra em regime de urgência**, considerando que inclui elementos procedimentais importantes para a concessão do benefício fiscal tratado.

Respeitosamente,

Cleverson Siewert
Secretário de Estado da Fazenda
(assinado digitalmente)

Excelentíssimo Senhor
JORGINHO MELLO
Governador do Estado
Florianópolis - SC



EM Nº 167/2025

ANEXO ÚNICO
COMPARATIVO DA LEGISLAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
Anexo 2, Capítulo III, Seção I	Alteração 4.960	Justificativa
<p>Art. 15.</p> <p>.....</p> <p>§ 63. O benefício de que trata o inciso LII do caput deste artigo fica condicionado à realização de investimentos pelo estabelecimento, devidamente homologados pelo Fisco, em montante superior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).</p>	<p>Art. 15.</p> <p>.....</p> <p>§ 63. O benefício de que trata o inciso LII do caput deste artigo fica condicionado à realização de investimentos pelo estabelecimento em montante superior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), observado o seguinte:</p> <p>I – os investimentos deverão ser realizados no prazo máximo de 3 (três) anos, a contar da data da concessão do benefício; e</p> <p>II – o montante investido deverá ser homologado pelo Fisco ao final do período de que trata o inciso I deste parágrafo.</p>	<p>A Alteração 4.960 visa a complementar o disposto no § 63 do art. 15 do Anexo 2 do RICMS/SC-01. No referido dispositivo, há previsão de que o crédito presumido previsto no inciso LII do <i>caput</i> do art. 15 se condiciona à realização de investimentos na ordem de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais). Ocorre que não consta na referida norma detalhamento procedimental em relação aos investimentos a serem realizados.</p> <p>Dessa forma, busca-se normatizar expressamente regramento já amplamente utilizado pela Administração Tributária para verificação da realização de investimentos no Estado. Assim, o montante de R\$ 4.800.000,00 deverá ser realizado no período de 3 (três) anos a partir da data de concessão do benefício. Adicionalmente, sua realização será validada pelo Fisco ao final do período mencionado.</p>
CLÁUSULA DE VIGÊNCIA	Art. 2º	Justificativa
	<p>Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.</p>	<p>O art. 2º estabelece a produção de efeitos da alteração a partir da data de sua publicação.</p>